

CONJUNTURA AGAVI

—
#1

JUNHO DE 2020

AGAVI



Portugal – Perspetivas Económicas

Sumário

O “Conjuntura AGAVI #1” pretende realizar uma breve análise ao primeiro semestre de 2020, marcado de forma indelével pela pandemia do Covid-19.

Tendo por base os dados e resultados que foram sendo trazidos a público quer pela OCDE quer pelo INE, a AGAVI debruça-se então neste Relatório, não só sobre o que passou, mas também sobre o que virá, existindo ou não uma nova vaga.

O 1.º Semestre

Terminado o primeiro semestre de 2020, fortemente marcado pelo impacto da pandemia de COVID – 19 nos diversos mercados internacionais, cumpre então parar um momento para avaliar o que passou, de modo a melhor podermos perspetivar o que ainda vem.

Este Relatório vai analisar, após o estudo efetuado sobre os diversos dados que foram saindo relativamente à situação de Portugal, o que já passou e reflete a previsão para os dois cenários em cima da mesa: aquele em que apenas teremos uma vaga, ou aqueloutro em que haverá uma segunda vaga ainda no ano de 2020. Passamos, então, aos números.

Segundo as contas da OCDE, não havendo uma segunda vaga, o PIB nacional deve cair cerca de 9,4% em 2020, recuperando 6,3% em 2021.

Já no cenário de uma segunda vaga, a previsão é de uma quebra de 11,3% sendo a recuperação mais lenta – 4,8%.

Quanto à dívida pública, até ao final de 2021 esta deverá subir para 131% do PIB se o surto do vírus diminuir este verão e 138% do PIB se houver uma segunda vaga ainda este ano.

O governo português implementou uma série de medidas de apoio às empresas e às famílias e anunciou medidas adicionais para renovar a economia após o confinamento geral. Entre algumas medidas positivas encontram-se, desde logo,

- a) o regime de *lay-off* simplificado para conter o aumento do desemprego;

- b) medidas de emergência para aumentar a capacidade de cuidados agudos permitiram aos hospitais lidar com os pacientes
- c) os diferimentos das contribuições fiscais e sociais, juntamente com garantias de crédito, os quais podem servir como “balões de oxigénio financeiros” às empresas;
- d) o Banco de Portugal oferece uma ampla liquidez, bem como regras macro prudenciais facilitadas;
- e) criação de um Banco de Fomento;

No entanto, há algumas questões a ter em conta, tais como:

- a) questões burocráticas que atrasam a devolução de dinheiro às empresas e que pode colocar em risco algumas das medidas acima identificadas;
- b) apesar da simplificação do processo de *lay-off*, os níveis de desemprego aumentaram cerca de 34% e período do ano transato;
- c) a necessidade de retomar o normal desenvolvimento da economia portuguesa pode facilitar o aparecimento de uma segunda vaga;
- d) apesar da disponibilidade de garantias de crédito, a quota de empresas que enfrentam escassez de liquidez é elevada;
- e) os indicadores de confiança dos consumidores e industriais caíram significativamente em março e atingiram mínimos recorde em abril.

Perspetivas futuras

Torna-se assim claro que, apesar de algumas medidas positivas terem sido tomadas, se a crise continuar, há que considerar medidas adicionais.

Um período de confinamento que se revelou uma boa medida ao nível da manutenção do Sistema Nacional de Saúde, implica uma redução da atividade económica de 20% em média no segundo trimestre de 2020 em comparação com um período normal.

Apesar das medidas de desconfinamento aplicadas, a economia vai ter de combater a diminuição de rendimento disponível, a maior preocupação com a criação de poupanças e a redução da atividade turística, sobretudo de turistas estrangeiros. A diminuição da procura reduzirá a inflação, o investimento e o emprego. No cenário de um segundo surto da pandemia, prevê-se que o PIB desça 11,3% em 2020, com consequências mais graves devido ao aumento das insolvências, ao aumento dos períodos de desemprego e ao aumento da incerteza, atrasando ainda mais as decisões de investimento. Na ausência de um segundo surto de vírus, o PIB vai cair 9,4% em 2020, recuperando apenas parcialmente do impacto económico adverso das medidas de bloqueio em 2021.

Uma recuperação lenta poderia desencadear uma grande onda de execuções hipotecárias nos sectores mais afetados, com efeitos de repercussão para o sector financeiro através de

um aumento significativo do rácio de crédito malparado, que continua a ser um dos mais elevados da OCDE.

A acrescer a isto temos a situação da dívida pública. Esta estava a diminuir, apesar de ainda elevada antes da pandemia (118% do PIB em 2019). As despesas adicionais transformarão o excedente orçamental verificado, num défice considerável. Combinado com a profunda contração económica, isso poderá aumentar a dívida pública em 2021 para 131% do PIB no cenário de uma única vaga e até 138% do PIB no cenário de duas vagas.



Portugal em Gráficos¹

Perspetivas de Evolução do PIB¹ (%)

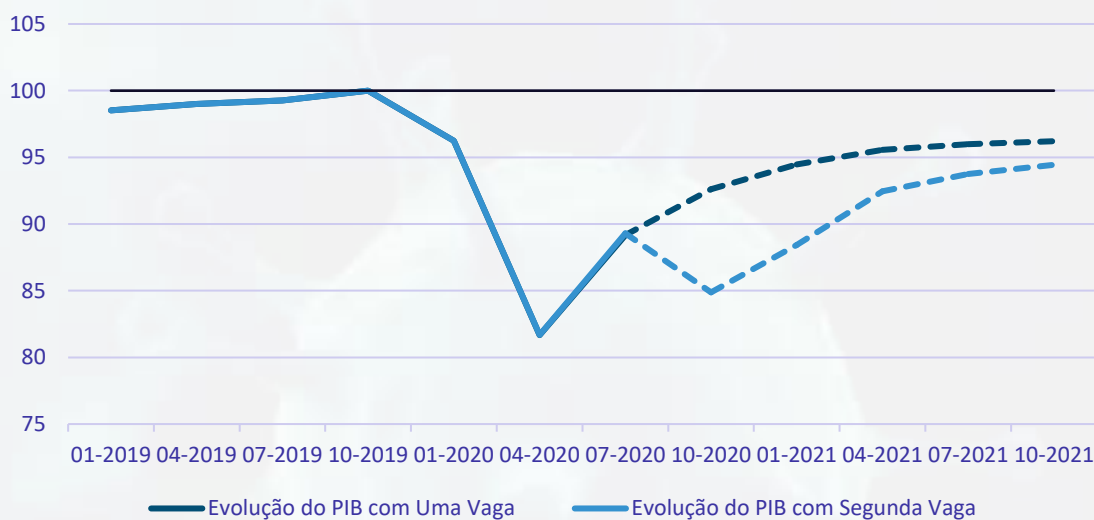


Gráfico 1 - Evolução do PIB e Perspetivas Futuras (%)

1 – Para efeitos de cálculo percentual, considerou-se o PIB registado no último trimestre de 2019 como sendo a referência.

Perspetivas de Evolução da Taxa de Desemprego (%)

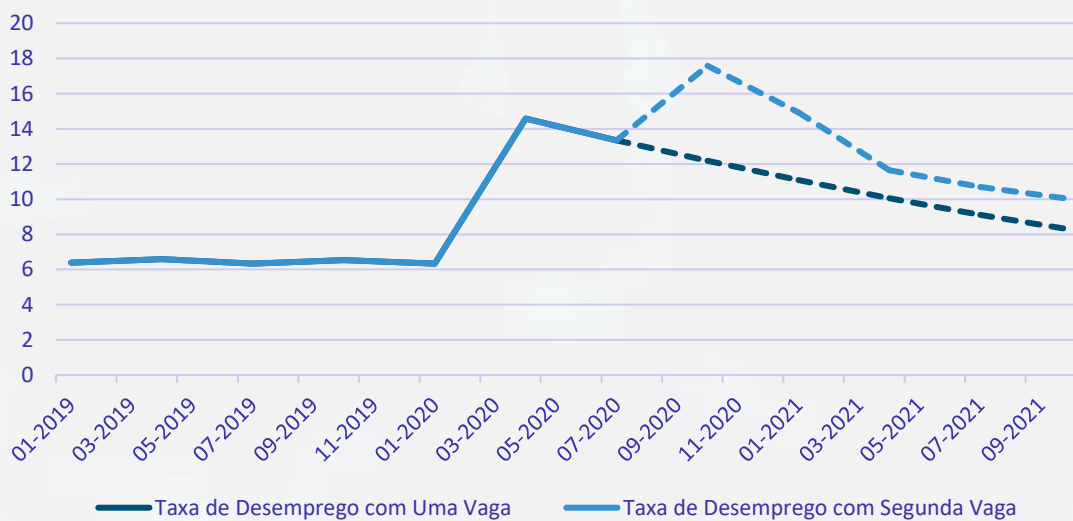


Gráfico 2 - Perspetivas de Evolução da Taxa de Desemprego (%)

¹ Fontes utilizada: OCDE – *Economic Outlook*; Instituto Nacional de Estatística; Banco de Portugal

Estabelecimentos com casos de lay-off 2020

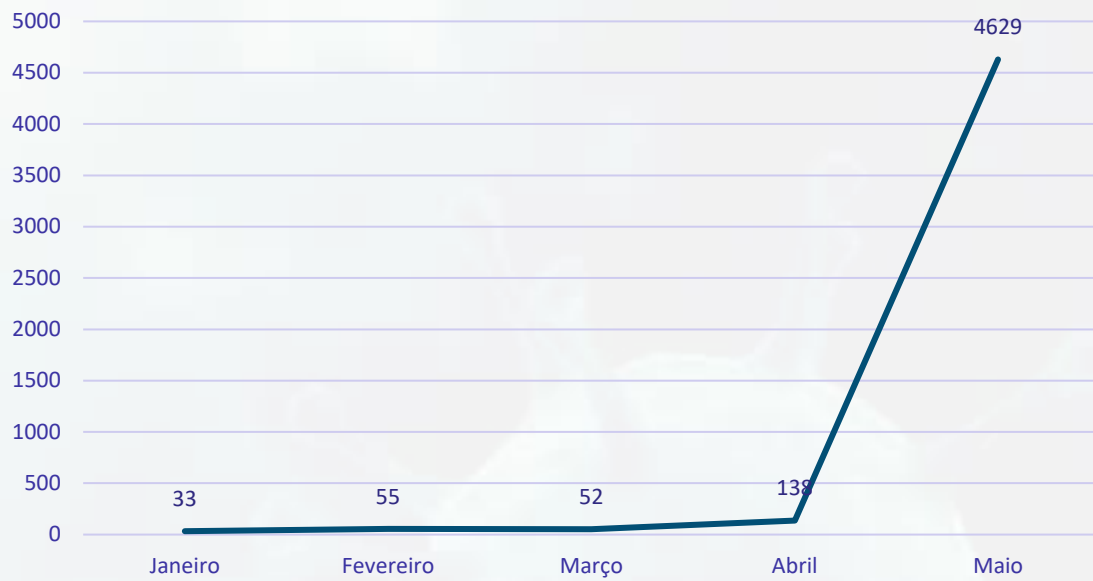


Gráfico 3 - Estabelecimentos com casos de lay-off 2020 (n.º)

Situação das Empresas pós-Covid 19 (%)

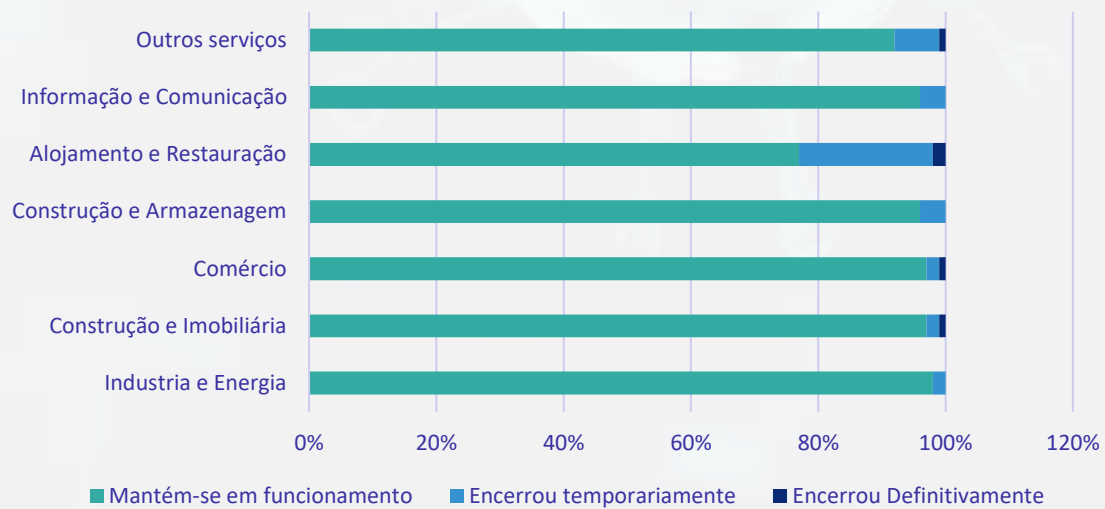


Gráfico 4 - Situação das Empresas pós-Covid 19 (%)

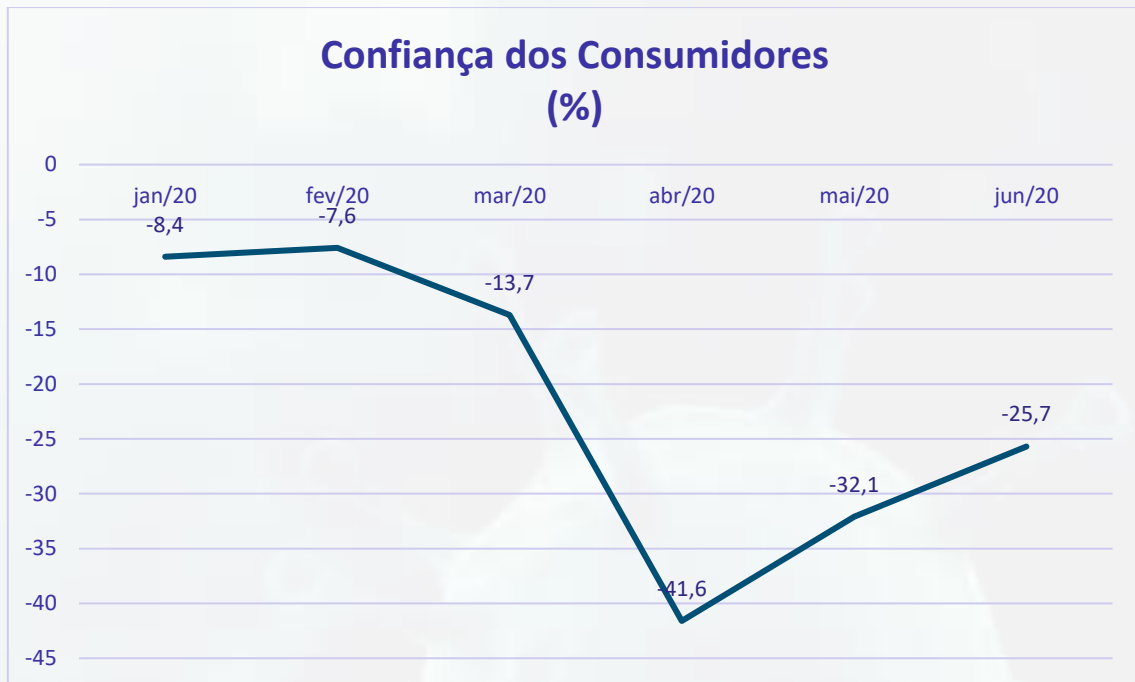


Gráfico 5 - Confiança dos Consumidores (%)

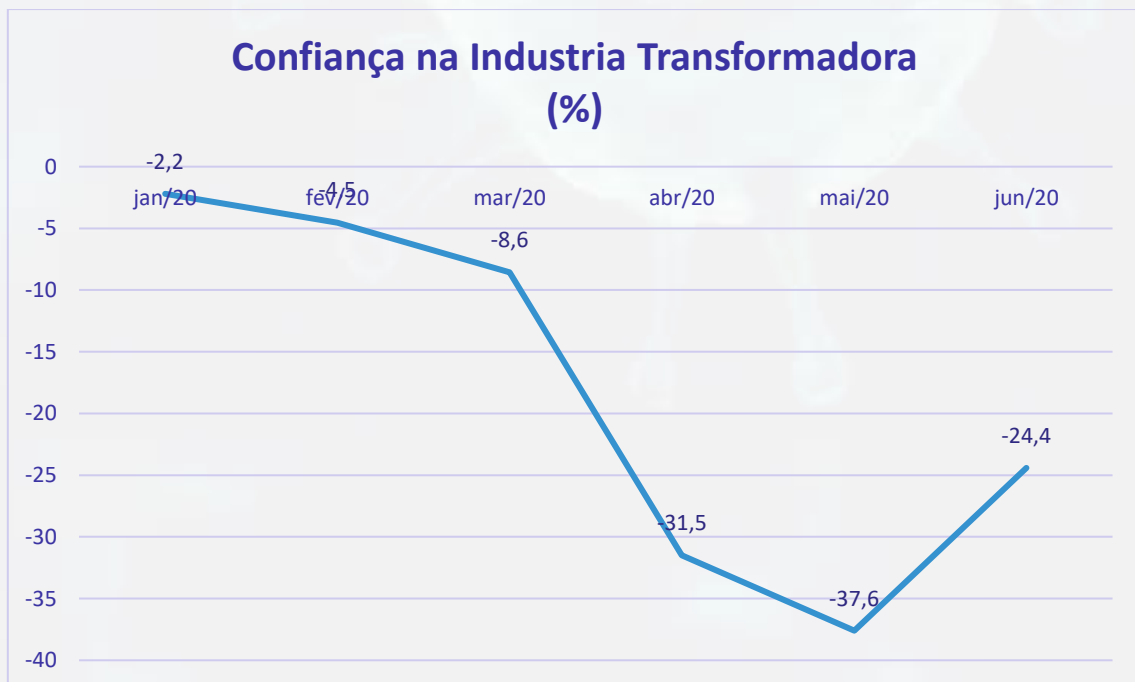


Gráfico 6 - Confiança na Indústria Transformadora (%)

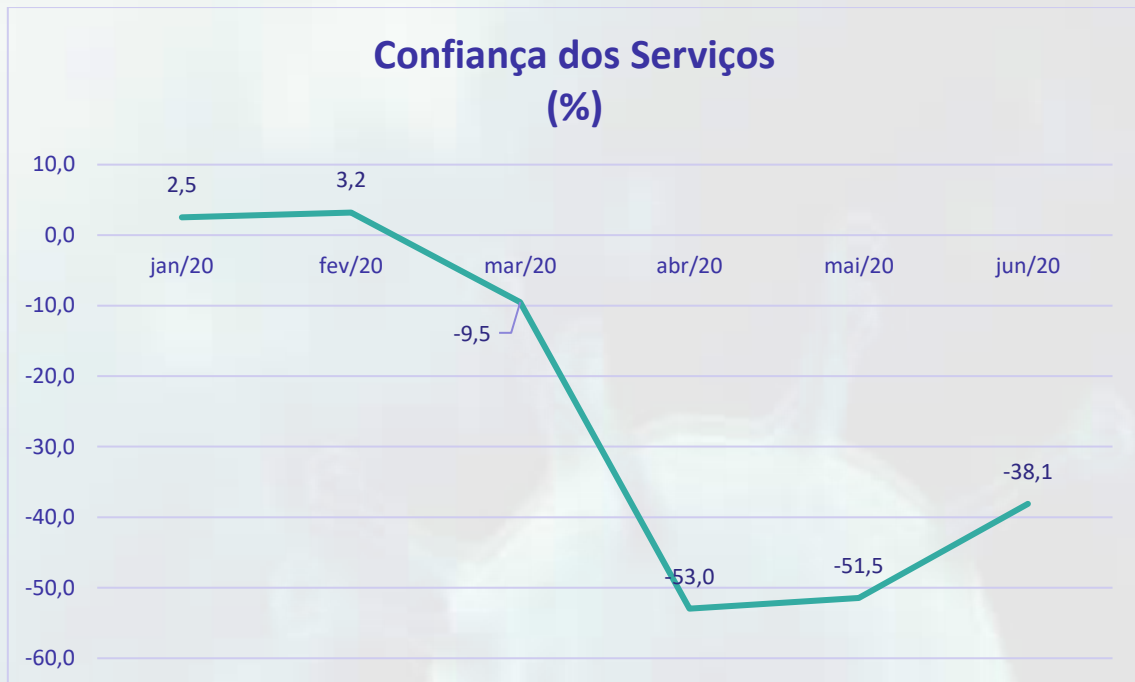


Gráfico 7 - Confiança dos Serviços (%)

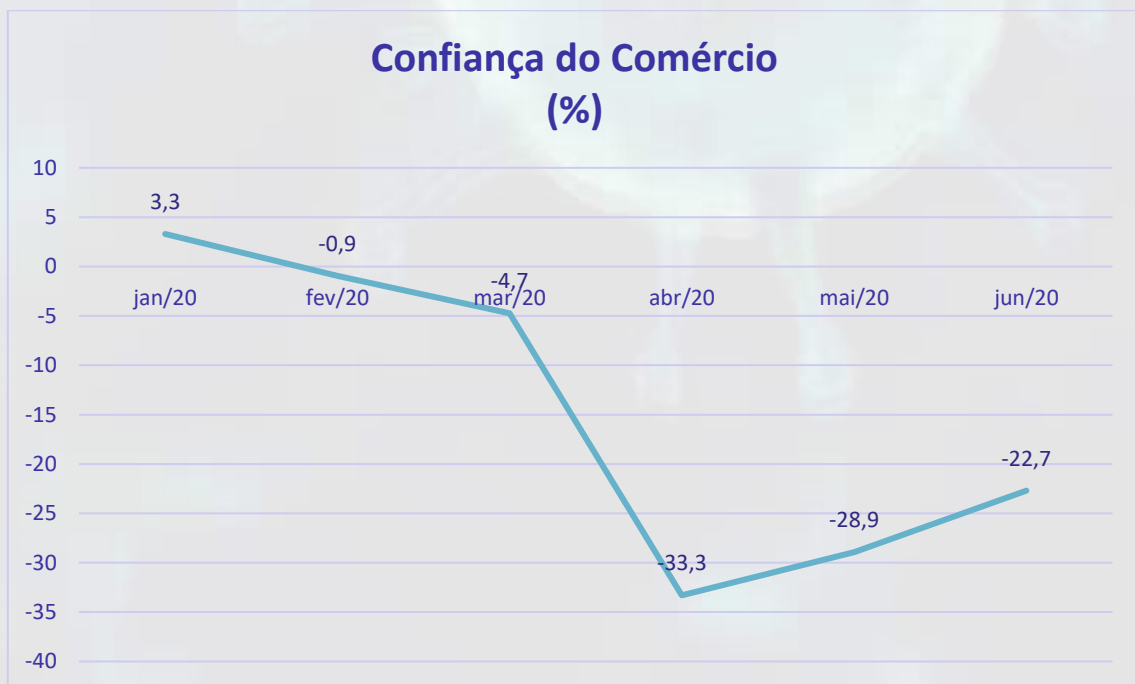


Gráfico 8 - Confiança do Comércio (%)

Ficha Técnica

Conteúdos, Edição, Design Gráfico e Impressão:

AGAVI

www.agavi.pt



